



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
“Educação e Contemporaneidade” 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



Inclusão: A Alfabetização da Pessoa Surda Desafios e Possibilidades

Elisângela Justino / Graduanda- UEPB

Viviane de Almeida Silva/ Graduanda- UEPB

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo socializar, em linhas gerais, reflexões sobre a alfabetização de crianças surdas. Através de pesquisas bibliográficas buscamos entender como o processo de alfabetização vem sendo trabalhado nas escolas, e se favorece um aprendizado significativo nas atividades pedagógicas. Passando em seguida a discussão do decreto (5,626/05), as propostas de comunicação, O atendimento especializado nas salas multifuncionais, o papel da escola e a prática docente e o apoio familiar com o objetivo de uma motivação para aprendizagem. O estudo tem interesse de alcançar um entendimento sobre a alfabetização das crianças surdas dentro do processo educativo. Constatamos então, que as crianças não começam sua apropriação do sistema de escrita alfabética do zero por meio das interações sociais, e pela mediação semiótica, dá-se a reorganização do funcionamento psíquico de pessoas com e sem deficiências, favorecendo-lhe o desenvolvimento superior.

Palavras Chaves: Crianças- surdas, Alfabetização, Acessibilidade.

A alfabetização da Pessoa Surda:

Atualmente, o Brasil, Signatário da convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência (ONU/2006), formula e implementa políticas intersetoriais, com a finalidade de garantir que as pessoas surdas ou com deficiência auditiva tenham acesso a todos os meios de comunicação e expressão, em todas as etapas da vida.

O processo de alfabetização da pessoa surda na língua portuguesa é considerado um dos grandes desafios na educação desses sujeitos. Assim, entender as implicações da surdez na alfabetização passa também pela compreensão da importância da audição para alfabetizar em uma língua oral auditiva, cuja escrita alfabética é um sistema notacional.

Em crianças ouvintes, a audição é o como meio primário para o desenvolvimento de uma língua oral. No caso de crianças surdas ou com deficiência auditiva, certos recursos de tecnologia assistida, como aparelhos de ampliação sonora, sistema de frequência modulada e implante coclear auxiliam no processo de oralização, se estas forem devidamente acompanhadas e corretamente estimuladas para esse fim.

É preciso levar em conta, no entanto, que o processo educacional dessas crianças é mais complexo do que leva-las a ser capaz de oralizar. Esse artigo busca, portanto, levar luz a questões básicas que o educador

enfrenta diante dos desafios e possibilidades nesse contexto educativo.

É importante lembrar que a surdez não está associada à perda da capacidade cognitiva. Como se explica:

“Portanto, os problemas tradicionais apontadas como característicos da pessoa surda são produzidos por condições sociais. Não há limitações cognitivas ou afetivas inerentes à surdez, tudo depende das possibilidades oferecidas pelo grupo social para seu desenvolvimento, em especial para a consolidação da linguagem (GOES, 1996,p.38)”

Nesse sentido, é necessário criar condições para aprendizagem, já que a falta de linguagem comum é o dificulta esse processo. Para isso, é garantido a nos educadores, o apoio das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde o plano de ação conjunta entre escola, família, estudantes e parceiros devem buscar estratégias válidas para os casos que se apresentam, partindo da avaliação das condições concretas dos indivíduos.

A propósito, como é que a criança surda se alfabetiza Qual é o ponto de partida na alfabetização da criança surda Que atividade propor Eu tenho um aluno surdo, o que fazer Primeiro o professor precisa saber que a criança surda percebe e compreende o mundo por meio da visão, preponderantemente, mesmo que utilize recursos para aquisição da língua oral.

Esse pressuposto vai nortear as atividades no sentido de que sejam explorados os recursos visuais. No entanto, as imagens precisam ter significado, não se trata de usá-las como ornato, deve-se a uma nova explicação, usando outras perspectivas, acompanhando a apreensão do mundo a partir do que visualmente se apresenta.

Outro questionamento comum é: Onde o aluno surdo deve se sentar A princípio, em qualquer lugar, ele deve ter esse direito preservado, como todos os outros, a fim de que se mantenham vivos os princípios de autonomia, independência e equidade entre todos os alunos. É preciso, entretanto, levar em conta que no caso da pessoa surda, é importante que ela visualize confortavelmente seu interlocutor (professor, intérprete, professor-intérprete).

Quanto a isso, ajuda- nos também saber que, se o aluno for usuário de aparelho auditivo ou implante coclear, sentar junto a paredes, portas ou janelas pode prejudica-lo, já que a reverberação ou o barulho externo devem causar desconforto. Aconselhamos que o professor saiba manter um diálogo entre as escolhas e necessidades dos alunos, atitude que se inicia pela observação e conhecimento prévio da vida deles.

É necessário conhecer quem são esses sujeitos, quais as suas especificidades, pois há algumas pessoas surdas que falam e fazem leitura labial muito bem outras se comunicam apenas por gestos ou mímicas; outras por língua de sinais e algumas usam sinais e oralização em situações diferentes- são os surdos bilíngues. Por trás de cada um desses contextos, há um histórico sociocultural que precisa ser levantando para que se tenha a clareza do ponto de partida e do percurso educacional adequado à característica desses sujeitos.

A comunicação é um direito e, portanto, a pessoa com perda auditiva precisa ser respondida em suas perguntas e encontrar no contexto socioeducativo as condições de interagir com todos: isso é imprescindível para o seu desenvolvimento.

Quando no contexto em que a educação se dá por meio da libras, há alguns aspectos a serem considerados, tais como: É muito importante para crianças surdas o convívio com surdos adultos usuários da libras e com ambiente onde esse idioma seja utilizado; É muito importante que a libras seja inserida no convívio escolar para todos, principalmente entre os colegas ouvintes daquela criança surda; A criança surda que não conhece libras deve ser levada a conhecer e a praticar esse idioma; O planejamento das aulas deve levar em conta que, de um modo geral, se organizado, primeiramente levando em conta as necessidades da criança surda, pode-se atingir melhor a todos os outros alunos.

Outro aspecto a ser considerado na comparação entre os dois idiomas é quanto á modalidade: O português é uma língua oral-auditiva e a libras visual-espacial, como toda língua de sinais. Isso implica dizer que toda criança, para adquiri-la, precisa ter o contato com um usuário.

Nessa direção, pensar a alfabetização da criança surda requer pensar em possibilitar o acesso á construção do conhecimento por meio da língua de sinais, e para isso são necessários professores fluentes na libras. Requerendo também o ensino da LP embasado no aprendizado de uma segunda língua, onde os sujeitos estão ou estarão vivendo o processo de interferência entre idiomas de convivência, momento onde é fundamental haver orientadora do educador levando em consideração, tais aspectos como: a surdez ou a deficiência auditiva não é um impedimento para que o surdo se alfabetize, a LP deve ser ensinada ao surdo por meio de metodologia própria para o ensino da L2 , fazendo uso de recursos visuais e de unidades com significados, por exemplo, palavras inteiras para que a criança encontre uma correspondência com algo que já conhece o sentido da L1.

Portanto, partir da língua de sinais se apresenta como possibilidade na alfabetização da pessoa surda, não apenas por propiciar o conhecimento de mundo, mas também por promover o desenvolvimento de habilidades metacognitivas e a construção do conhecimento, á medida que possibilite o domínio linguístico e a comunicação fluente entre os seus utentes.

Outro aspecto a ser considerado na comparação entre os dois idioma é quanto á modalidade: o português é uma língua oral-auditiva e a libras é visual-espacial, como toda língua de sinais. Isso implica dizer que a criança, para adquiri-la, precisa ter o contato com um usuário. Entretanto, a maioria das crianças surdas são filhas de pais ouvintes que, via de regra, não sabem a língua de sinais. logo, é na escola que elas vão adquirir a língua de sinais, isso quer dizer que poderá chegar a escola sem uma língua estruturada. Como é, então que ela vai aprender a língua portuguesa se ainda não tem a língua de sinais Qual é o ponto de partida na alfabetização da criança surda O ponto de partida é esse sujeito ter uma língua que lhe sirva de arcabouço para pensar, hipotetizar, por isso devemos começar pela língua de sinais, para chegarmos ao ensino de língua portuguesa na sua modalidade escrita, lembrando ainda que o ensino de língua portuguesa na sua modalidade oral deve ser uma oferta obrigatória na educação básica, resguardando o direito de opção da família e do aluno.

Decreto (5.626/05):

De acordo com o decreto nº 5,626/05, a pessoa surda tem direito ao ensino da libras e também da língua portuguesa como segunda língua desde a educação infantil. No art. 22, inciso 10 desse documento, por exemplo, são denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a libras e a modalidade escrita da língua portuguesa sejam de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

Todavia, a educação bilíngue não se resume apenas ao uso de duas línguas, implica, também, incluir adultos surdos fluentes em libras no quadro de profissionais. Segundo Quadros e Schmiadt (2006,p.19), “ a educação bilíngue depende da presença também de intérpretes de libras e de outras medidas que garantem não apenas a implementação dessa política, mas sobretudo, a sua efetivação. Outra questão que pode surgir é: o que significa a língua portuguesa no contexto da alfabetização do surdo Significa considerar que esse sujeito vai aprender a ler e a escrever uma língua que ele não fala ou fala com menor fluência.

Propostas que devem ser observadas na Comunicação da pessoa surda.

A comunicação é um direito e, portanto e, a pessoa com perda auditiva precisa ser respondida em suas perguntas e encontrar no contexto socioeducativo as condições de interagir com todos, isso é imprescindível para o seu desenvolvimento. Procurando sempre reconhecer as tentativas de comunicação. As respostas devem ser dados de modo condizente ao que o contexto pede, utilizando o canal mais

adequado entre os interlocutores. Para tal fim, em contexto adequado, é bem-vindo fazer uso de um sorriso, palavras escritas, concordância com meneio de cabeça, de gestos, sinais ou aproximações.

Não devemos nos referir a essas pessoas como surdos-mudos, pois o fato de eles poderem falar e também por fazerem uso de uma língua se sinais esvazia o sentido dessa expressão considerada discriminatória: se precisar chamar atenção de uma pessoa surda que esta de costas para você, toque no braço dela levemente, caso esteja distante, quando possível e necessário, faça uma vibração no chão com uma pisada mais forte ou com ajuda de um objeto. Evite cutucar, agarrar ou segurar pelo queixo para conseguir a atenção da pessoa surda.

Quando no contexto comunicativo for necessário fazer uso de linguagem oral, orientamos que você: fale de frente de forma clara e pausada, mas sem artificializar a articulação (com exagero ou sem movimentos musculares), fale sempre em ambiente claro e com boa visibilidade, use expressões faciais correspondente às ações, use frases curtas e simples, reforce o conteúdo da fala com recursos visuais (gestos, figuras e ou escritas).

No contexto em que a educação se dá por meio da libras, há alguns aspectos a serem considerados, há alguns aspectos a serem considerados, tais como: É muito importante para crianças surdas o convívio com surdos adultos usuários da libras e com ambiente onde esse idioma seja utilizado, é muito importante que libras seja inserida no convívio escolar para todos, principalmente entre os colegas ouvintes daquela criança surda.

A criança surda que não conhece libras deve ser levada a conhecer e a praticar esse idioma, o planejamento das aulas deve levar em conta que, de um modo geral, se organizado, primeiramente levando as necessidades da criança surda, pode-se atingir melhor a todos os outros alunos.

Metodologicamente tendo em vista os aspectos e recursos pedagógicos realizamos uma pesquisa de punho bibliográfico, cujo, nos proporcionou uma direção definida para uma reflexão mais rigorosa a respeito do próprio sujeito. Partindo de fatos que ocorrem no cotidiano, foi possível realizar um trabalho reflexivo.

O atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais.

Dentre esses direitos está o direito a educação, á aprendizagem, em um sistema educacional inclusivo, que inclua as crianças com deficiência e promova o seu desenvolvimento, dando-lhe oportunidades de aprendizagem por meio de recursos e serviços que ajudem a eliminar barreiras á aprendizagem, como exemplo, a comunicacional e a pedagógica.

A convenção de nova Iorque (2006) se sustenta nos princípios do paradigma da inclusão, ao defender: a não discriminação. O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana., acessibilidade e igualdade de oportunidades. Além disso, deve assegurar que as pessoas com deficiência recebam apoio no sistema regular de ensino favorecendo o seu desenvolvimento, uma vez que parte das barreiras á educação está posta pelo ambiente escolar e é de responsabilidade social.

Ao ser signatário da presente convenção, o estado brasileiro assume, o compromisso de elaborar diretrizes, principalmente que irão nortear as ações do governo, materializadas na forma de políticas públicas. Dessa forma, o Ministério da Educação elabora a Política de Educação Especial na perspectiva de uma educação inclusiva (2008) com o objetivo de assegurar a inclusão de alunos com deficiência.

Transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação, orientando os sistemas de ensino, dentre outras ações, a garantir atendimento educacional especializado, o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar, utilização de recursos de acessibilidade, articulações de políticas públicas.

Nesse cenário, o que mudou, então Se antes, as políticas de educação especial favorecem a segregação de

peças com deficiência em classes e escolas especiais, por estas não avançarem na educação, a partir de 2008, com a política de educação especial na perspectiva de uma educação inclusiva, a educação especial, a luz de uma nova perspectiva, é entendida como uma modalidade transversal da educação. Perpassando todos os níveis, etapas e modalidades, e atua completando e suplementando o ensino regular, por meio de atendimento educacional especializado. (AEE).

As salas de recursos multifuncionais (SRMF) foram instituídas pelo Programa de Implementação de Salas de Recursos Multifuncionais, localizadas nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino, é o lócus, espaço, onde se realiza, prioritariamente, o atendimento (AEE) que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas específicas.

No caso dos estudantes surdos e com deficiência auditiva serão observados as diretrizes e princípios dispostos no decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. São objetivos do atendimento educacional especializado:

- Promover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminam as barreiras no processo de ensino e apresentam;
- Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Com o objetivo de dar suporte às escolas públicas na inclusão de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, estas salas foram criadas. Buscou-se atender às crianças com deficiência em igualdade de condições com os demais alunos do ensino regular.

Sobre o atendimento das salas de recursos multifuncionais, é importante caracterizar o tipo de atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização, com foco pedagógico e não clínico. É importante lembrar que não deve ser confundido com sala de reforço, e sim como um ensino complementar. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado, que realize esse atendimento educacional, a fim de que o aluno não deixe de ter acesso aos curriculares e conviver com seus pares.

Qual o papel da escola e da prática Pedagógica:

Essa proposta entende que a escola necessita ser inclusiva, ou seja, cabe às instituições criar condições para aceitação e desenvolvimento das pessoas com deficiência com necessidades educacionais. Sendo assim necessário prover meios para a efetivação desse processo, seja intervindo diretamente com os alunos, com professores e com a direção.(MARCHESI, 2004).

Uma das barreiras que dificultam o processo de inclusão são as atitudes nem sempre declaradas tanto na literatura científica quanto no cotidiano da escola.

Mantoan (2000) afirma que barreiras relacionadas as atitudes negativistas levam os indivíduos a responderem desfavoravelmente a inclusão escolar e as pessoas com deficiência, a partir de certo valor vários estudos tem demonstrado o quanto as atitudes de professores, diretores, pais, estudantes, psicólogos e outras pessoas são fundamentais para o processo de inclusão escolar (GOMES, 2000).

Os sistemas educacionais precisam se afastar das pedagogias mais tradicionais e adotar abordagens mais centradas no aluno, que reconheçam que cada indivíduo tem uma capacidade de aprender e um modo específico de aprendizado. Os currículos, métodos e materiais de ensino, sistemas de avaliação e exame, e o gerenciamento das classes, precisam ser acessíveis e flexíveis para acomodar as diferenças nos padrões

de aprendizado. Práticas de avaliação podem facilitar ou impedir a inclusão. A necessidade de alcançar a excelência acadêmica muitas vezes permeia a cultura escolar, portanto, as políticas de inclusão precisam garantir que todas as crianças alcancem seu potencial.

Um dos motivos para isto ocorrer é devido do preconceito, falta de consciência e de informações dos empregadores nas mais diversas áreas profissionais, pois muitas pessoas acreditam que a pessoa com deficiência é diferente das demais, não possuindo capacidades próprias e desqualificando-a como indivíduo e desconsiderando seus momentos de alegria e de tristezas, derrotas e conquistas, em outras palavras, bons e maus momentos. É necessário entender que elas são pessoas como outras (GLAT, 2004, 1989), a única coisa que as diferenciam são suas peculiaridades, entretanto esta característica os torna alvo constante de preconceitos e discriminações (MARQUES, 2000, 1996, 1991). Certamente, isso se deve a uma visão distorcida por parte de uma parcela da sociedade que pressupõe que as pessoas com deficiência são pessoas infelizes, oprimidas, ou ainda, inferiores ou outros imaginam inúteis e doentes.

Apoio da família:

Com relação aos pais esses devem se envolver em todos os aspectos do aprendizado. A família é a primeira fonte de educação para uma criança e a maior parte do aprendizado ocorre em casa. Com frequência, os pais são ativos em criar oportunidades para seus filhos e precisam ser incluídos para mediar o processo de inclusão.

Mas sabemos também que nem sempre alguns pais estão interessados em contribuir nesse processo deixando assim de ajudar seus próprios filhos por puro preconceito e aceitação ou até mesmo por alguma falta de esclarecimento diante da dificuldade enfrentada pelos filhos, ou seja, pela própria deficiência ficam muitas vezes sem saber como agir, o que fazer para ajudá-los.

Devendo assim buscar ajuda junto as organizações de pessoas com deficiência para poder promover a educação dessas crianças, por exemplo, trabalhar como jovens com deficiência, servindo de modelos, encorajando os pais a enviar seus filhos, se envolvendo na educação de seus filhos e fazendo campanhas para educação inclusiva.

Vale ressaltar que a escola deve procurar estabelecer parcerias produtivas com as famílias, a fim de acolher as dificuldades destas, ao evitar que os problemas se agravem, colaborando, assim, para a resolução proativa dos problemas.

A partir de tudo que foi esclarecido sobre a alfabetização da criança surda podemos afirmar que a pessoa com deficiência procura outro percurso de desenvolvimento distinto daquele que está impedido biologicamente (VYGOTSKY, 2004). A criança surda, por, exemplo, aprende e se desenvolve na busca de novos acessos, cognitivos e sociais, utilizando-se da língua de sinais, tem acesso ao objeto de conhecimento por meio dessa língua.

Referências:

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Libras. Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002.**

BRASIL. **Decreto nº 5,625, de 22 de dezembro de 2005.**

GÓES, Maria Cecília Rafael. **Linguagem, surdez e educação.** Campinas: Autores Associados, 1996.

QUADROS. Ronice Mulher de SCHMIEDT, Magali.L.P. **Ideias para ensinar portuguesa para alunos surdos.** Brasília, MEC/SEESP, 2006.

SKLAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

WILCOX, Sherman; WILCOX, Phyllis, Perrin. **Aprender a ver.** (tra.) LEITE, Tarcisio de Arantes. Rio de

Janeiro: Arara Azul,2005.